

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Adhemar Mombrum de Carvalho Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais
(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência
(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 3095/2019-PGJ, DE 28.8.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar o Procurador de Justiça Sergio Fernando Raimundo Harfouche para, sem prejuízo de suas funções, ministrar palestra no “Seminário Internacional sobre Drogas no Piauí” e apresentar o Programa de Conciliação para Prevenir a Evasão e a Violência Escolar, ProCEVE, na cidade de Teresina, PI, no período de 21 a 23 de agosto de 2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3129/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 24.6 a 1º.7.2019, a serem usufruídos no período 4 a 6.9.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3131/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Procuradores de Justiça Luis Alberto Safraidier e Esther Sousa de Oliveira para, sob a presidência do Procurador de Justiça e Corregedor-Geral do Ministério Público, Marcos Antonio Martins Sottoriva, comporem Comissão Sindicante, objeto dos autos da Reclamação nº 10.2019.00000054-0.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3084/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 1º Promotor de Justiça da comarca de Jardim, Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Rio Negro, no dia 28.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3085/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Promotoria de Justiça, a Sessão de Uniformização e os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	PROMOTORIA/ SESSÃO DE UNIFORMIZAÇÃO/ JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Kristiam Gomes Simões	Sessão de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais da comarca de Campo Grande	19 a 28.9.2019	Férias	Grazia Strobel da Silva Gaifatto
Silvio Amaral Nogueira de Lima	4ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal – Moreninhas – da comarca de Campo Grande	16 a 20.9.2019	Férias	Fabricio Proença de Azambuja
		23 a 27.9.2019	Compensação	
		30.9 a 4.10.2019	Férias	
Juliano Albuquerque	2ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Dourados	30.9 a 19.10.2019	Férias	Claudia Loureiro Ocariz Almirão
Amilcar Araujo Carneiro Junior	17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados	12 e 13.9.2019	Compensação	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Fernanda Proença de Azambuja	Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul	23 a 26.9.2019	Compensação	Matheus Macedo Cartapatti
George Cassio Tiosso Abbud	Juizado Especial Adjunto da comarca de Costa Rica	16 a 20.9.2019	Compensação	Bolivar Luis da Costa Vieira
Daniel Pivaro Stadniky	Juizado Especial Adjunto da comarca de Naviraí	19 e 20.9.2019	Compensação	Leticia Rossana Pereira Ferreira Berto de Almada
		21.9 a 10.10.2019	Férias	
		14 e 15.10.2019	Compensação	
Jorge Ferreira Neto Júnior	Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul	20 e 23.9.2019	Compensação	Maurício Mecelis Cabral
	Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Brilhante	16 a 25.9.2019	Férias	Rosalina Cruz Cavagnolli

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3086/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 26ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 8ª Vara do Juizado Especial – Justiça Itinerante – da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 12.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3087/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Campo Grande, Kristiam Gomes Simões, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 5ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 1º.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3088/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 26ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 11.9.2019, em prorrogação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3089/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Campo Grande, Plinio Alessi Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 7ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da referida Comarca, nos dias 3, 5, 17 e 19.9.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3090/2019-PGJ, DE 27.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
2ª	Daniel Pivaro Stadniky	5 e 6.9.2019	Compensação	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior
3ª	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	9 e 10.9.2019	Compensação	Pedro de Oliveira Magalhães
4ª	Andréa de Souza Resende	16.9 a 4.10.2019	Férias	Rodrigo Cintra Franco
17ª	Allan Carlos Cobacho do Prado	2 a 6.9.2019	Férias	William Marra Silva Junior
36ª	Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	4 a 13.9.2019	Férias	Cristina Beraldo de Andrade
44ª		2 a 6.9.2019	Compensação	Regina Dornte Broch
54ª		16.9 a 5.10.2019	Férias	Pedro Arthur de Figueiredo

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3091/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça João Meneghini Girelli 5 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 14 a 16.8.2019 e nos dias 22 e 23.8.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3092/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00002709-2 e nos feitos dele decorrentes, em trâmite perante a 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3093/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Bianka Machado Arruda Mendes	29 e 30.9 e 11.10.2018	3, 4 e 5.9.2019
Gilberto Carlos Altheman Júnior	25.3.2018	6.9.2019
Pedro de Oliveira Magalhães	23.4 e 20.5.2017	9 e 10.9.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3094/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 10 a 16.4.2019, a ser usufruído no dia 29.8.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3096/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1920/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que estabeleceu o 2º período de férias do Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati, que seriam usufruídas no período de 7 a 17.10.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3097/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Secafen Mingati a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 2 a 11.9.2019, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3098/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 11º Promotor de Justiça de Dourados, Amilcar Araujo Carneiro Junior, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos do Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002427-3, em trâmite perante a 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3109/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 1926/2019-PGJ, de 3.6.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos dias 26 e 27.3, 2, 3 e 30.4.2016, que seriam usufruídos no período de 26 a 30.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3110/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2925/2019-PGJ, de 13.8.2019, que designou o Promotor de Justiça Marcos André Sant'Ana Cardoso para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, no período de 26 a 30.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3111/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 6º Promotor de Justiça de Corumbá, Marcos Martins de Brito, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, no período de 26 a 30.8.2019, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes; e tornar sem efeito a Portaria nº 2928/2019-PGJ, de 13.8.2019, que designou o Promotor de Justiça Luciano Bordignon Conte para atuar na referida Supervisão.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3112/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2914/2019-PGJ, de 13.8.2019, na parte que indicou a Promotora de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina para atuar perante a 7ª Zona Eleitoral, no período de 26 a 30.8.2019, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3113/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 2926/2019-PGJ, de 13.8.2019, que designou os Promotores de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina e Luciano Bordignon Conte para, sem prejuízo de suas funções, responderem pelas 3ª, 4ª e 6ª Promotorias de Justiça da comarca de Corumbá, no período de 26 a 30.8.2019.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3116/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 48ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 2.9.2019; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1641/2018-PGJ, de 11.5.2018, que indicou a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3117/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “P” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Fernanda Proença de Azambuja para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante o Juizado Especial Adjunto da comarca de Chapadão do Sul, a partir de 2.9.2019, pelo período de 2 (dois) anos; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 1604/2017-PGJ, de 16.5.2017, que designou o Promotor de Justiça Matheus Macedo Cartapatti.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3118/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de setembro de 2019, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
4 (18h01min) a 11.9.2019 (7h59min)	16ª	Ricardo Rotunno	98478-2087
11 (18h01min) a 18.9.2019 (7h59min)	11ª	Amilcar Araujo Carneiro Junior	98478-2087
18 (18h01min) a 25.9.2019 (7h59min)	17ª	Luiz Gustavo Camacho Terçariol	98478-2087
25.9 (18h01min) a 2.10.2019 (7h59min)	4ª	João Linhares Júnior	98478-2087

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3120/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de setembro de 2019, nos termos dos artigos 1º e 4º da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
4 (18h01min) a 11.9.2019 (7h59min)	6ª	Marcos Martins de Brito	99603-9203
11 (18h01min) a 18.9.2019 (7h59min)	5ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203
18 (18h01min) a 25.9.2019 (7h59min)	2ª	Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina	99603-9203
25.9 (18h01min) a 2.10.2019 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3123/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar os Promotores de Justiça Cristiane Mourão Leal Santos, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas fases da persecução penal do Processo nº 0067047-95.2011.8.12.0001, em trâmite perante a 3ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3124/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	26 e 27.1.2019	2 e 3.9.2019
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	19.8.2017	6.9.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3125/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2899/2019-PGJ, de 13.8.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Bianka Machado Arruda Mendes compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, de forma que, onde consta:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Bianka Machado Arruda Mendes	21 e 22.7.2018	9 e 10.10.2019

Passe a constar:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Bianka Machado Arruda Mendes	21.7.2018	9.10.2019

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3126/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “F” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 68º Promotor de Justiça de Campo Grande, Celso Antonio Botelho de Carvalho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar em audiência admonitória, no dia 30.8.2019, às 9h, no prédio do Centro Integrado de Justiça (Cijus) da referida Comarca.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3127/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 28.8.2019, a Portaria nº 1849/2019-PGJ, de 28.5.2019, que designou o Promotor de Justiça de Itaporã, Radamés de Almeida Domingos, para coadjuvar na 14ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3128/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 7 a 14.3.2018, a ser usufruído no dia 13.9.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3130/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 2734/2019-PGJ, de 29.7.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de setembro de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERNOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
10 e 11.8.2019	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERNOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI			
10 e 11.8.2019	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3133/2019-PGJ, DE 29.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão dos titulares:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	JUIZADO ESPECIAL	DATA	TITULAR
Pedro de Oliveira Magalhães	Juizado Especial Adjunto da comarca de Cassilândia	2 e 3.9.2019	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
Simone Almada Goes	Juizado Especial Adjunto da comarca de Maracaju	6.9.2019	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 3099/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 43/PGJ/2018, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; 3.1) Suplente – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; e revogar as Portarias nº 3470/2018-PGJ, de 16.10.2018 e nº 3762/2018-PGJ, de 7.11.2018 (Processo PGJ/10/0329/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3101/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 2/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; e revogar a Portaria nº196/2019-PGJ, de 22.1.2019 (Processo PGJ/10/3958/2018).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3102/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 18/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor do Contrato – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Marlon Eduardo D’Andrea Santos, Chefe do Núcleo de Gestão de Notas Fiscais e Faturas; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Bruno Dantas Sanchez, Chefe do Setor de Manutenção e Suporte; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquiteto; e revogar as Portarias nº 1132/2019-PGJ, de 2.4.2019 e nº 2090/2019-PGJ, de 17.6.2019 (Processo PGJ/10/0384/2019).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3121/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar estabilidade, a partir de 8.8.2019, ao servidor Jose Carlos Domingos da Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3122/2019-PGJ, DE 28.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder a progressão funcional ao servidor Jose Carlos Domingos da Silva, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a partir de 8.8.2019, para a Classe C, Padrão 2, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA N° 3134/2019-PGJ, DE 29.8.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tendo em vista o disposto no inciso IV do artigo 3º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no inciso II do artigo 7º do Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, e no *caput* do artigo 10 do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, bem como as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações,

R E S O L V E :

Designar o servidor Cleber do Nascimento Gimenez, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, integrante da Comissão Permanente de Licitação, para exercer a função de Pregoeiro no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E UNIVERSIDADE UNG**

Processo nº PGJ/10/2524/2019

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **UNIVERSIDADE UNG – CENTRO (Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa Ltda)**, representada por **Adriano Lisboa de Azevedo**.

Amparo legal: Lei Federal nº 11.788/2008; Lei Complementar Estadual nº 72/1994; Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27 de julho de 2010; Resoluções do CNMP nº 42/2009; nº 52/2010; nº 62/2010; e Decreto Estadual nº 11.261/2003.

Objeto: Regular as condições de realização de estágios obrigatórios e não obrigatórios para alunos de Curso de Graduação e de Pós-Graduação (*lato sensu* ou *stricto sensu*) oferecidos pela Instituição de Ensino nas dependências do MPMS.

Vigência do Convênio: 02.07.2019 até 02.07.2021.

Data da assinatura: 02 de julho de 2019.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO GRATUITO DE BEM PÚBLICO ENTRE MPMS E SICREDI

Processo nº PGJ/10/2726/2014

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DE CAMPO GRANDE E REGIÃO – SICREDI CAMPO GRANDE MS**, representado por seu Diretor Executivo, **Fabio José Wolski de Almeida**, e por seu Diretor de Operações, **Altair Gonçalves**.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo, referente à autorização de uso, a título gratuito, de uma sala localizada no térreo do prédio da Procuradoria-Geral de Justiça, localizado na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 07.11.2019 a 06.11.2020.

Data da assinatura: 14 de agosto de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/2361/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **JM COMÉRCIO, CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, representada por **Juscelino Ferreira da Silva**.

Procedimento licitatório: **Pregão Eletrônico nº 6/PGJ/2019**.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002; e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de serviços de revestimento acústico em parede, portas e instalação de forro, a fim de atender as Promotorias de Justiça da Capital - Unidade Ricardo Brandão, incluído o fornecimento de todo o material necessário para a execução dos serviços.

Valor contratual total: R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000166, de 21 de agosto de 2019.

Vigência: 27.08.2019 a 22.02.2020.

Data de assinatura: 27 de agosto de 2019.

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 14/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0597/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA**, representada por **Everson Silva Leite**.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 20/PGJ/2018, vinculada ao Pregão Presencial nº 52/PGJ/2018-SRP.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Alteração do modelo do Item 10, Lote 10 - Módulo de teclas 20 teclas para terminais 8000 series, previsto no Anexo VI, para que passe a constar “Módulo de teclas 40 teclas para terminais 8000 series”, sem ônus para o erário.

Vigência: 28.08.2019 a 13.03.2020.

Data de assinatura: 28 de agosto de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****BELA VISTA****EDITAL Nº 0070/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2019.00003039-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda Santa Helena.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00000453-7.

Bela Vista/MS, 27/08/2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0071/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2019.00003040-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Estância Lazer.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00000385-0.

Bela Vista/MS, 27/08/2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0072/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00001292-6

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Juliano Mendonça Alves.

Assunto: Apurar suposta pesca irregular de peixes da espécie pacu, praticada pela pessoa de Juliano Mendonça Alves.

Bela Vista/MS, 28/08/2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0073/2019/PJ/BVT

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000 Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS. E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo de acompanhamento de TAC nº 09.2019.00003059-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Fazenda São Pedro.

Assunto: Acompanhar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Autos do Inquérito Civil n. 06.2019.00000383-8.

Bela Vista/MS, 28/08/2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR

Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil 06.2018.00001609-5

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon – Fazenda Fortaleza.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00001609-5, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda Fortaleza de propriedade de Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon e outros, às margens do Rio Apa”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Daniel Mariz Pinto Nunes Rondon, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 1,75 hectare de vegetação nativa, em sua propriedade, Fazenda Fortaleza, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 1,75 hectare de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural Fazenda Fortaleza, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), cujo pagamento será efetivado em parcela única, até o dia 10 de setembro de 2019.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA. O COMPROMISSÁRIO assume a obrigação de providenciar, até o dia 30 de setembro de 2019, a inscrição do Cadastro Ambiental Rural (CAR) da sua propriedade, Fazenda Fortaleza, em Bela Vista-MS, ou, caso já tenha a realizado, comprove a inscrição mediante juntada do respectivo extrato no mesmo prazo.

Bela Vista-MS, 28 de agosto de 2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil 06.2019.00000383-8

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Lucas Pezzini Leiva – Fazenda São Pedro.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2019.00000383-8, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 45,66 hectares de floresta nativa na propriedade denominada Fazenda São Pedro”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Lucas Pezzini Leiva, representado por Guilherme Pezzini Leiva, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 45,66 hectares de floresta nativa, em sua propriedade, Fazenda São Pedro, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 45,66 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural Fazenda São Pedro, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 9.660,00 (nove mil seiscentos e sessenta reais) cujo pagamento se dará da seguinte forma: 1ª parcela no valor de R\$ 3.220,00 (três mil e duzentos e vinte reais) com vencimento para o dia 10 de setembro de 2019; 2ª parcela no valor de R\$ 3.220,00 (três mil e duzentos e vinte reais) com vencimento para o dia 10 de outubro de 2019, e 3ª parcela no valor de R\$ 3.220,00 (três mil e duzentos e vinte reais), com vencimento para o dia 10 de novembro de 2019.

Parágrafo segundo: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

Bela Vista-MS, 28 de agosto de 2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil 06.2018.00000385-0

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: Ismael Chamorro da Rocha Júnior – Estância Lazer.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2018.00000385-0, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 5,18 hectares de floresta nativa na propriedade denominada Estância Lazer”.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, Ismael Chamorro da Rocha Júnior, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 5,18 hectares de vegetação nativa, em sua propriedade, Estância Lazer, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 5,18 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural Estância Lazer, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) cujo pagamento se dará em 10 parcelas sucessivas de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) cada, com a primeira parcela com vencimento em 10 de setembro de 2019 e as demais parcelas com vencimento todo dia 10 do mês, findando-se no mês de junho de 2020

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considerando a necessidade de retificar o Cadastro Ambiental Rural (CARMS0017975), Fls. 65 dos autos, o COMPROMISSÁRIO se compromete a apresentar o Cadastro Ambiental Rural retificado de modo a constar como área proposta de reserva legal os 20% regulado por lei ou certidão de comprovação de regularidade ambiental perante o IMASUL.

Bela Vista-MS, 27 de agosto de 2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

EXTRATO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Inquérito Civil 06.2019.00000453-7

COMPROMITENTE: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul, por meio da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Bela Vista-MS.

COMPROMISSÁRIO: José Ronaldo Ribeiro Borges – Fazenda Santa Helena.

OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

O presente Termo de Ajustamento de Conduta é decorrente do Inquérito Civil nº 06.2019.00000453-7, instaurado pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Bela Vista/MS, tendo por objeto “Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 20 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Santa Helena em Bela Vista/MS”;

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA PRIMEIRA: O COMPROMISSÁRIO, José Ronaldo Ribeiro Borges, reconhece a ocorrência de dano ambiental, em razão da supressão de 20 hectares de vegetação nativa, em sua propriedade, Fazenda Santa Helena, localizada em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, em desacordo as demais normas, regimentos, e princípios ambientais.

CLÁUSULA SEGUNDA: considerando a necessidade de indenizar os danos causados ao meio ambiente, pela supressão indevida de 20 hectares de vegetação fora de área de reserva legal, na propriedade rural Fazenda Santa Helena, em Bela Vista-MS, sem autorização legal para tanto, assume o COMPROMISSÁRIO, por meio do presente termo de ajustamento de conduta, tendo por base o princípio do poluidor-pagador, a obrigação de indenizar e compensar o Meio Ambiente mediante a destinação de importância pecuniária no valor de R\$ 7.000,00 (SETE mil reais) cujo pagamento se dará em 07 (SETE) PARCELAS SUCESSIVAS de R\$ 1.000,00 (mil reais), com a primeira parcela com vencimento para o dia 10 de setembro de 2019 e as demais todo dia 10 de cada mês, findando-se no mês de março de 2020.

Parágrafo único: o valor deverá ser pago e destinado à Conta do Conselho Municipal de Segurança de Bela Vista-MS, Fundo Municipal Ambiental, Conta Corrente nº 22.452-9, agência 0267-4, Banco do Brasil, devendo ser aplicado e utilizado em atividades ambientais junto ao Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: Considerando a necessidade de retificar o Cadastro Ambiental Rural (CARMS0010878), Fls. 42/43 dos autos, o COMPROMISSÁRIO se compromete a apresentar o Cadastro Ambiental Rural retificado de modo a constar como área proposta de reserva legal os 20% regulado por lei.

Bela Vista-MS, 27 de agosto de 2019.

WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR
Promotor de Justiça

PARANAÍBA

RECOMENDAÇÃO N. 001/2019/02PJ/PNB

Procedimento Preparatório n. 06.2019.00001223-7

Requerido: Município de Paranaíba

RECOMENDAÇÃO N. 001/2019/02PJ/PNB

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba, por intermédio de seu agente signatário, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 127, da Constituição Federal de 1988, art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/1993, art. 29, IV, da Lei Complementar Estadual n. 72/1994 e art. 44, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ, e;

CONSIDERANDO, que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático de direito e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal de 1988, art. 1º, da Lei n. 8.625/1993 e art. 1º, da Lei Complementar Estadual n. 72/1994), podendo, para tanto, instaurar Inquérito Civil, propor Ação Civil Pública ou outra medida judicial adequada, bem como expedir Recomendações na busca da Proteção ao Patrimônio Público e Social, em conformidade com os ditames legais contidos nas Legislações suprarreferidas;

CONSIDERANDO, que a Administração Pública se submete, em conformidade com o art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, dentre outros, aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência e que a Recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”¹.

CONSIDERANDO, que o órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover, conforme expressa dicção do art. 44, da Resolução n. 0015/2007-PGJ;

CONSIDERANDO, que dentre os princípios alhures referidos, aos quais se submete a Administração Pública a legalidade, possui significativa proeminência, na medida em que determina que “na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”²;

CONSIDERANDO, que o art. 37, §3º, I, II, III da Constituição Federal de 1988 estabelece a necessidade de promulgação de lei disciplinando as formas de participação do usuário de serviços públicos na Administração Pública direta e indireta nos seguintes termos: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: §3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, de qualquer dos serviços; II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública;”

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei n. 13.460/2017 que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública;

CONSIDERANDO, que a legislação em referência teve por finalidade regulamentar as disposições constitucionais supraditas;

¹ ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013.

² MEIRELLES, Helly Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2007.

CONSIDERANDO, que dentre os instrumentos previstos na Lei n. 13.460/2017 que objetivam a viabilizar a participação do usuário na administração pública o art. 7º, expressamente, prevê: “Os órgãos e entidades abrangidos por esta Lei divulgarão Carta de Serviços ao Usuário.”;

CONSIDERANDO, que a Carta de Serviços ao Usuário tem por finalidade viabilizar a prestação de informações ao usuário quanto aos serviços prestados pelos órgãos e entidades;

CONSIDERANDO, que a Carta de Serviços ao Usuário se consubstancia em instrumento de significativa relevância para a efetivação da democracia participativa;

CONSIDERANDO, que a Carta de Serviços ao Usuário deverá conter informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, apresentando, no mínimo, informações relacionadas a serviços oferecidos, requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço, principais etapas para processamento do serviço, previsão do prazo máximo para a prestação do serviço, forma de prestação do serviço, e locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço, conforme preceitua o art. 7º, §2º e incisos da Legislação;

CONSIDERANDO, que, ainda, nos termos do art. 7º, §3º e incisos da Lei 13.460/17, a Carta de Serviços ao Usuário deverá detalhar os compromissos e padrões de qualidade do atendimento relativos, no mínimo, aos aspectos relacionados à prioridade de atendimento, previsão de tempo de espera para atendimento, mecanismos de comunicação com os usuários, procedimentos para receber e responder as manifestações dos usuários, e mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca do andamento do serviços solicitado e de eventual manifestação;

CONSIDERANDO, que a Carta de Serviços ao Usuário deve, ainda, ser objeto de atualização periódica e de permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet bem como a necessidade de regulamentação específica de cada Poder e esfera de Governo, disporá sobre a Carta de Serviços ao Usuário;

CONSIDERANDO, que a lei n. 13.460/17 estabelece que a legislação entrará em vigor, no âmbito dos Municípios 720 (Setecentos) e vinte dias após a sua publicação nos Municípios com até 100.000 (Cem Mil) habitantes;

CONSIDERANDO, que o prazo especificado no art. 25, III, da Lei n. 13.460/17 suprarreferido se consumou no dia 17 de junho de 2019;

CONSIDERANDO, que, não obstante o início da entrada em vigor da legislação em referência, no âmbito do Município de Paranaíba na data supradita, não houve, até o presente momento, a efetiva regulamentação e disponibilização da Carta de Serviços ao Usuário;

CONSIDERANDO, a necessidade de cumprimento, no âmbito do Município de Paranaíba, das disposições constantes da Lei n. 13.460/17;

RESOLVE, em defesa do Patrimônio Público e Social e em observância aos Princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

RECOMENDAR, à Administração Pública de Paranaíba, na pessoa do Prefeito Municipal, Ronaldo José Severino de Lima, com fundamento no art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/1993, art. 44, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ, para que, no prazo de 90 (Noventa) dias:

I – Proceda a regulamentação específica, no âmbito do Município de Paranaíba, sobre a operacionalização da Carta de Serviços ao Usuário, conforme dispõe o art. 7º, §5º, da Lei n. 13.460/17;

II – Proceda a elaboração de Carta de Serviços ao Usuário, nos termos em que determinado pela Lei n. 13.460/17;

II – A Carta de Serviços ao Usuário deverá contemplar, nos termos do art. 7º, §2º, da Lei n. 13.460/17 os serviços oferecidos, os requisitos, documentos, formas e informações necessárias para acessar o serviço, as principais etapas para processamento do serviço, a forma de prestação do serviço, os locais e formas para o usuário apresentar eventual manifestação sobre a prestação do serviço;

III – Em conformidade com o art. 7º, §3º, da Lei n. 13.460/17 a Carta de Serviços ao Usuário deverá, ainda, detalhar os compromissos e padrões de qualidade do atendimento relativos, no mínimo aos seguintes aspectos: I – prioridade de atendimento; II – previsão de tempo de espera para atendimento; III – mecanismos de comunicação com os usuários; IV – procedimentos para receber e responder as manifestações dos usuários; V – mecanismos de consulta, por parte dos usuários, acerca do andamento do serviço solicitado e de eventual manifestação;

IV – A atualização periódica e a permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet da Carta de Serviços ao Usuário, nos termos em que estabelece o art. 7º, §4º, da Lei n. 13.460/17 que estabelece que a Carta de Serviços ao Usuário será objeto de atualização periódica e de permanente divulgação mediante publicação em sítio eletrônico do órgão ou entidade na internet.

V – Com a presente Recomendação fica o Município cientificado a comprovar perante esta Promotoria de Justiça o cumprimento da presente Recomendação no prazo de 90 (Noventa) dias;

V – Ficam os destinatários da presente Recomendação cientificados de que o seu não atendimento poderá acarretar o ajuizamento da medida judicial cabível;

VI – Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Prefeito Municipal, requisitando-se a devida divulgação da presente Recomendação, em conformidade com o art. 45, parágrafo único, da Resolução n. 0015/2007 – PGJ, encaminhe-se, também, ao Setor competente para a devida Publicação no Diário Oficial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

VII – Decorrido o prazo concedido, com ou sem resposta, certifique-se nos presentes autos.

Paranaíba, 20 de agosto de 2019.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social

PONTA PORÃ

EDITAL Nº 0067/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001697-7, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001697-7

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requerido: Câmara Municipal de Vereadores de Antônio João/MS

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial visando regularizar ilegalidades relativas à contratação temporária de servidores, provimentos de cargos em comissão e funções gratificadas, ausência de sistema de controle de jornada de trabalho eficiente, ausência de órgão que exerça controle interno e adequação do Portal de Transparência da Câmara Municipal de Antônio João.

Ponta Porã/MS, 29 de agosto de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor de Justiça

EDITAL N° 0068/2019/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001523-4, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001523-4

Requerente: Ministério Público Estadual de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Eduardo Martins Peixoto e Maria Ramona Fuchs Peixoto

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando regularizar a inscrição da propriedade rural denominada Fazenda Castelinho no Cadastro Ambiental Rural, bem como recuperar e compensar os danos ambientais ocorridos em referido imóvel

Ponta Porã/MS, 29 de agosto de 2019

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BANDEIRANTES

EDITAL N. 0014/2019/PJ/BND

A Promotoria de Justiça de Bandeirantes-MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Francisco Antonio de Souza, n. 1.460, Centro, Edifício do Fórum, no Município de Bandeirantes/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001009-4

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Olímpio Perondi.

Assunto: apurar dano ambiental ocorrido na Fazenda Poção, propriedade de Olímpio Perondi, localizada em Jaraguari/MS.

Bandeirantes/MS, 29 de agosto de 2019.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS

Promotor de Justiça

BATAYPORÃ

EDITAL N° 0007/2019/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2019.00001294-8, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001294-8

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Altivo Silveiro da Silva.

Assunto: Apurar ilícito ambiental praticado pelo proprietário do imóvel rural denominado Fazenda Samambaia, tendo em vista a supressão vegetal de 8 ha, sem autorização do órgão ambiental competente.

Batayporã, 29/08/2019.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0008/2019/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2019.00001283-7, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00001283-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Batayporã e Prefeito Municipal

Assunto: Apurar possível irregularidade na nomeação dos servidores Marcelo Ribeiro, Maurides da Silva e Carlos Gilberto da Silva, para ocuparem cargo de confiança, ante a ausência de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Batayporã, 29/08/2019.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça